

Senhores Acionistas, em atenção às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 juntamente com o relatório dos auditores independentes. Oportunamente, confirmamos a adequação das operações realizadas com os objetivos estratégicos estabelecidos no projeto do empreendimento, conforme estabelecido no § 3º do Artigo 8º do Regulamento Anexo à Resolução 3.040, de 2002.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Em R\$ mil				
ATIVO	2016		2015	
	Ativo Circulante	32.661	17.103	98.561
Caixa e Equivalente de Caixa	11.326	267	98.561	52.104
Disponibilidades	937	267	81.240	34.277
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	544	373
Relações Interfinanceiras	10.389	-	16.777	17.454
Operações de Arrendamento Mercantil	20.604	16.386	49.971	23.181
Adiantamento para Arrendamento Mercantil	20.184	16.310	49.971	23.181
Arrendamentos a Receber - Setor Privado	59.392	32.166	49.971	23.181
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(58.952)	(32.076)	20.641	15.260
(-) Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(20)	(14)	35.889	25.500
Outros Créditos	272	440	-	-
Rendas a Receber	191	263	-	-
Diversos	81	177	-	-
Outros Valores e Bens	459	10	-	-
Outros Valores e Bens	448	-	-	-
Despesas Antecipadas	11	10	-	-
Ativo não Circulante	136.512	73.442	-	-
Realizável a Longo Prazo	-	-	-	-
Arrendamento a Receber - Setor Privado	86.196	41.812	-	-
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(86.196)	(41.812)	-	-
Imobilizado	136.512	73.442	-	-
Imobilizado de Uso	245	305	-	-
Outras Imobilizações de Uso	501	461	-	-
(-) Depreciação Acumulada	(256)	(156)	-	-
Imobilizado de Arrendamento	136.267	73.137	-	-
Bens Arrendados	178.087	88.654	-	-
(-) Depreciação Acumulada	(45.490)	(17.222)	-	-
Superveniência de Depreciação	3.670	1.705	-	-
Total do Ativo	169.173	90.545	169.173	90.545

Total do Passivo **169.173** **90.545**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 - Em R\$ mil

1. Contexto Operacional: A CHG-Meridian do Brasil - Arrendamento Mercantil S/A é uma sociedade por ações de capital fechado de acordo com a Lei nº 6404/76 e alterações posteriores, e tem por objetivo efetuar operações de arrendamento mercantil de bens nas modalidades financeira, operacional e inter-nacional definidas pela Lei nº 6.099/74 e alterações.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, no que forem aplicáveis. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2017.

3. Convergência com as práticas contábeis internacionais: A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu algumas normas e suas respectivas interpretações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN. O BACEN já aprovou algumas Resoluções que referem-se a aplicabilidade de dois seguintes CPC's: 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25, e Pronunciamento Conceitual Básico (R1) emitido pelo CPC, aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo CMN ou pelo BACEN. Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN.

4. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Apropriação do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

b) Operações de arrendamento mercantil: i. Operações de arrendamento mercantil financeiro - estão registradas pelo valor atualizado, quando aplicável, pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pro rata" dia, quando aplicável, deduzidas das rendas a apropriar que são mensalmente apropriadas ao resultado pelo regime de competência. As operações de arrendamento financeiro são classificadas nos respectivos níveis de risco conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, pelo seu valor presente das contraprestações e dos valores de VRG garantidos pelos arrendatários, descontados pela taxa de desconto implícita nos contratos, para cálculo da provisão para devedores duvidosos. ii. Operações de arrendamento mercantil operacional - estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pro rata" dia, quando aplicável, deduzidas das rendas a apropriar que são mensalmente apropriadas ao resultado pelo regime de competência. As operações de arrendamento operacional são classificadas nos respectivos níveis de risco, para cálculo da provisão para devedores duvidosos. As operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional são compostas por operações de arrendamento de equipamentos de informática. iii. A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrição a seguir: **I - Arrendamentos a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. **II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil:** representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber e são atualizadas na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais. **III - Imobilizado de arrendamento:** é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente. **IV - Superveniência (insuficiência) de depreciação:** os registros contábeis da Sociedade são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" e "III" acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de apropriação das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando o valor do ajuste apurado em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar a apropriação das receitas e despesas das operações de arrendamento mercantil às práticas contábeis adotadas no Brasil. **e) Obrigações por empréstimos:** São devidas anteriormente pelos valores das exigibilidades e consideramos os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. **f) Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou

contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. **g) Imposto de renda de pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro - CSLL:** Não foram constituídas as referidas provisões, devido a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro. **h) Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS:** O PIS foi apurado com base na alíquota de 0,65% e a COFINS foi apurada com base na alíquota de 4%, ambas aplicáveis sobre as receitas auferidas pela Companhia. **i) Uso de estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes; (v) ajuste de superveniência de depreciação e valor justo de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do "leasing"; e (vi) derivativo de bens. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **5. Gerenciamento de Risco:** A gestão de riscos da Companhia está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações e de forma a atender às disposições da regulamentação em vigor. **6. Caixa e Equivalentes de Caixa:** De acordo com a política da Companhia os equivalentes de caixa são mantidos com a única finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para outros fins. Dessa forma, a Companhia mantém suas disponibilidades de caixa exclusivamente depositadas em conta corrente. A posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2016 era composta pelos seguintes valores:

Descrição	2016	2015
Disponibilidades em Bancos	937	267
Total	937	267

7. Operações de Arrendamento Mercantil: a) Ajustes nas Operações de Arrendamento Mercantil: Os registros contábeis da Companhia são mantidos conforme exigências legais. Os procedimentos adotados diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente por não adotarem o regime de competência no registro de receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular nº 1.429 do Banco Central do Brasil, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil no resultado e o consequente aumento ou redução no ativo permanente (superveniência ou insuficiência de depreciação). Em decorrência do registro contábil desse ajuste, o resultado e o patrimônio líquido estão apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, porém as rubricas que abrigam os valores das operações de arrendamento mercantil permanecem com os seus saldos apurados por procedimentos não uniformes com as referidas práticas contábeis, mas de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. **b) Valor presente das operações de arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são representados pelos seus respectivos valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esse valor é apresentado em diversas rubricas patrimoniais, atendendo desta forma, às normas do Banco Central do Brasil, nas quais são resumidas a seguir:

Descrição	2016	2015
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	44.056	17.955
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Curto Prazo	20.354	8.592
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Curto Prazo	(20.015)	(8.564)
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Longo Prazo	32.543	11.997
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Longo Prazo	(32.543)	(11.997)
Valor residual garantido a realizar	60	54
Valor residual garantido a balancear	(60)	(54)
Bens arrendados - ativo permanente	57.156	23.589
Depreciações acumuladas	(17.109)	(7.367)
Superveniência de depreciação	3.670	1.705
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil Financeiro	44.056	17.955
Adiantamento para Arrendamento (a)	20.184	16.310
Operações de Arrendamento Mercantil Operacional	-	-
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Curto Prazo	39.038	23.574
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Curto Prazo	(38.937)	(23.512)
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Longo Prazo	53.593	29.761
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Longo Prazo	(53.593)	(29.761)
Bens arrendados - ativo permanente	120.931	65.065
Depreciações acumuladas	(28.381)	(9.855)
Contratos registrados no balanço de arrendamento mercantil Operacional	92.651	55.272

A Diretoria

Demonstração do Resultado dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Em R\$ mil						
	2º Semestre		2016		2015	
	Receitas da Intermediação Financeira	30.305	53.023	22.485	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil	30.244	52.962	21.965	-	-	-
Resultado de Operações	-	-	-	-	-	-
com Títulos e Valores Mobiliários	61	61	520	-	-	-
Despesas da Intermediação Financeira	(27.870)	(48.427)	(18.473)	-	-	-
Operações de Empréstimos e Repasses	(9.260)	(15.736)	(4.945)	-	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil	(18.908)	(32.560)	(13.519)	-	-	-
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	298	(131)	(9)	-	-	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.435	4.596	4.012	-	-	-
Outras Recaudas/ Despesas Operacionais	(4.875)	(9.604)	(7.998)	-	-	-
Despesas de Pessoal	(3.586)	(6.946)	(5.805)	-	-	-
Outras Despesas Administrativas	(1.189)	(2.227)	(1.789)	-	-	-
Despesas Tributárias	(192)	(342)	(240)	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	93	146	151	-	-	-
Outras Despesas Operacionais	(1)	(235)	(315)	-	-	-
Resultado Operacional	(2.440)	(5.008)	(3.986)	-	-	-
Prejuízo do Semestre/Exercício	(2.440)	(5.008)	(3.986)	-	-	-
(Prejuízo) por Ação (Em R\$ 1,00)	(0,07)	(0,14)	(0,16)	-	-	-

Nota (a) O valor de R\$ 20.184 mil refere-se a adiantamento a fornecedores de imobilizado para operações de arrendamento mercantil.

c) Segregação do valor presente por tipo de atividade econômica:

Segregação do valor presente por tipo de atividade econômica		
Atividade Econômica - Arrendamento Financeiro	2016	2015
PRIVADO - Indústria	20.378	7.218
PRIVADO - Comércio	5.110	4.601
PRIVADO - Intermediários Financeiros	483	1.362
PRIVADO - Habitação	-	-
PRIVADO - Outros Serviços	18.085	4.774
Total	44.056	17.955
Atividade Econômica - Arrendamento Operacional	2016	2015
PRIVADO - Indústria	31.854	18.198
PRIVADO - Comércio	9.150	10.899
PRIVADO - Intermediários Financeiros	2.480	1.636
PRIVADO - Habitação	34	56
PRIVADO - Outros Serviços	46.971	24.483
PRIVADO - Rural	2.162	-
Total	92.651	55.272

d) Distribuição do valor presente por faixa de vencimento:

Distribuição do valor presente por faixa de vencimento			
Faixa de vencimento - Arrendamento Financeiro	2016	2015	
Vencidos	339	27	
A vencer até 90 dias	5.137	2.193	
A vencer de 91 a 360 dias	13.645	5.898	
A vencer acima de 360 dias	24.935	9.837	
Total	44.056	17.955	
Faixa de vencimento - Arrendamento Operacional	2016	2015	
Vencidos	101	61	
A vencer até 90 dias	9.936	3.268	
A vencer de 91 a 360 dias	19.922	12.132	
A vencer acima de 360 dias	62.692	39.811	
Total	92.651	55.272	

6. Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa: Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa era de R\$ 20, sendo R\$ 15 para Arrendamento Financeiro e R\$ 5 para Arrendamento Operacional. O risco da carteira de arrendamento mercantil a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa são calculados conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99, e estavam assim distribuídos:

Arrendamento financeiro	Arrendamento Operacional			
PDD por Nível de Risco	Vencidas	A Vencer	Valor Presente	Provisão
Nível AA	206	40.846	41.052	-
Nível A	133	2.871	3.004	15
Nível A	339	43.717	44.056	15

Movimentação - Arrendamento Operacional

Saldos em 31 de Dezembro de 2015	5
Adições	610
Baixas	(600)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	15

Arrendamento operacional

PDD por Nível de Risco	Vencidas	A Vencer	Valor Presente	Provisão
Nível AA	45	91.571	91.616	-
Nível A	29	677	706	3
Nível D	27	302	329	2
Total	101	92.550	92.651	5

Movimentação - Arrendamento Operacional

Saldos em 31 de Dezembro de 2015	9
Adições	181
Baixas	(185)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	5

9. Outros Créditos - Diversos: A composição da conta Outros Créditos era a seguinte:

Descrição	2016	2015
Adiantamento para Pagamento de Nossa Conta (a)	47	31
Impostos e Contribuições a Compensar (b)	34	146
Total	81	177

Nota (a) Refere-se a adiantamento de viagens, adiantamento a fornecedores e adiantamento de vale refeição/alimentação. **(b)** Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicação financeira.

10. Obrigações por Empréstimos: O valor de R\$ 131.211 (curto prazo R\$ 81.240 e longo prazo R\$ 49.971) em 31 de dezembro de 2016 refere-se a obrigações por empréstimos no país e foram estruturados através da vinculação de recebíveis de operações de arrendamento mercantil, sendo o valor de R\$ 97.601 (curto prazo R\$ 47.976 e longo prazo R\$ 49.625) na modalidade "sem coobrigação" contratadas conforme determina a Resolução nº 2921/02 do BACEN e o valor de R\$ 782 (curto prazo R\$ 436 e longo prazo R\$ 346) na modalidade "com coobrigação" indexados em dólar. Para atender as necessidades de capital de giro e caixa, a empresa possui uma linha de empréstimo de curto prazo na modalidade Conta Garantida com banco de primeira linha no Brasil.

Tipo	Saldo em 31/12/16		
	Moeda	Curto Prazo	Longo Prazo
Resolução nº 2921/02	R\$	47.976	49.625
Conta Garantida	R\$	32.828	-
Empréstimo no país	USD	436	346
Total		81.240	49.971

Orlando Heitor Higasi - Contador - CRC - 1SP 256.393/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossa obrigação é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Em R\$ mil				
Eventos	Capital Social		Resultados Totais	
	2016	2015	2016	2015
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	25.500	(6.254)	19.246	(3.986)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.986)
Saldos em 31 de Dezembro de 				